



Primeira Hora – E aí?

Finalmente, depois de quase duas semanas de intensos questionamentos das diversas entidades de trabalhadores, a Diretoria da ECT resolveu divulgar alguns esclarecimentos sobre suas ações propostas. Em que pese a pobreza de conteúdo do informativo, já é possível vislumbrar que estas ações são remédios equivocados para o tratamento da situação dos Correios.

Quem conhece um pouco da história dos Serviços Postais do Brasil dos últimos 116 anos, sabe que a principal característica do órgão/empresa responsável pela execução desta atividade é ser uma entidade genuinamente brasileira, composta num modelo federativo, baseado em Estados ou no nosso caso Diretorias Regionais (modelo implantado na Revolução de 1930 no primeiro governo de Getúlio Vargas).

Ao longo de 116 anos, os Serviços Postais Públicos no Brasil passaram por oito grandes crises financeiras e de qualidade operacional, em média tendo ocorrido a cada ciclo de 20 anos, todas causadas principalmente por externalidades oriundas de modelos governamentais implantados pelos governantes do país. A exceção do ciclo de 1998 a 2013, os Correios sempre conviveram com longas trajetórias de déficits (R/D negativo), as quais foram cobertas quase sempre por subscrição de recursos do Governo Federal.

Destacam-se aqui as causas de todas as situações de crise vividas ao longo da história: (1) congelamento/represamento de tarifas dos serviços; (2) falta de pessoal; (3) sucateamento da infraestrutura; (4) interesse de lobby privado; (5) **indicações políticas em excesso ou sem expressão** no pleito de atuações governamentais.

As diferenças existentes entre a alegada “crise atual” e as anteriores, residem em pequenas nuances oriundas de alteração de modelo contábil (registro de provisionamentos), tentativas de reestruturações de processos/atividades equivocadas ao longo dos últimos 07 anos e do retorno de ações de lobby privado contra os Correios. No que diz respeito aos tratamentos da crise, fica latente a grande dificuldade da atual diretoria de atuar politicamente para a recomposição tarifária e para o aporte de capital junto ao Governo Federal (nada mais justo, uma vez que o mesmo se beneficiou de diversos repasses de dividendos, acima daqueles que vinham sendo efetuados regularmente em períodos anteriores).

Outra diferença, só que positiva para a sustentabilidade da empresa, reside no fato que os Correios, no período de 2010 a 2015, conseguiram reduzir sua dependência financeira do monopólio postal, além de realizar grandes investimentos em melhoria de sua infraestrutura (substituição de toda sua frota de veículos, equipamentos de



informática, construção de grandes centros de logística que começaram a ser inaugurados em 2015).

É preciso conhecer a empresa para saber a realidade de suas fraquezas e fortalezas históricas para manutenção da liderança no mercado. Não podemos adotar soluções casuísticas de curto prazo que inviabilizem a sustentabilidade da empresa. Todos sabemos que o mercado concorrencial “sente cheiro de uma gota de sangue e atua como um bando de piranhas no rio, devorando animais muito maiores”.

A ANATECT e o corpo técnico de seu quadro de associados, formado por experientes profissionais conhecedores da história e das potencialidades dos Correios, identificou nas pobres e vagas ações publicadas no Primeira Hora total falta de visão de futuro e de efetividade.

No sentido de correção de rumo da estratégia da empresa, e considerando que as ações adotadas pela atual diretoria são casuísticas (economia de palito) e estão gerando um grande passivo de longo prazo (com alto risco de inviabilizar a empresa no futuro), apresentamos abaixo algumas de nossas sugestões para superação do quadro atual de dificuldades, em ordem de prioridade:

1º) Extinção imediata da campanha difamatória financiada na mídia pela Diretoria da empresa contra os próprios Correios e seus empregados. Tais ações de publicidade negativa somente tem como resultado fragilizar a empresa, incentivando seus concorrentes a conquistar o mercado, amedrontando clientes e trabalhadores, além de destruir o já altamente combalido clima organizacional;

2º) Adotar ações de publicidade positiva, divulgado as capacidades e potencialidades dos Correios como os serviços de e-commerce, centros de impressão digital, rastreamento por meio de apps, ações sociais, comparativo com outros Correios do mundo, confiabilidade histórica no serviço, dentre outros pontos fortes;

3º) Ampliar a defesa política da empresa junto a sociedade e aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no sentido de adequação das tarifas postais, combate a quebra ou burla do monopólio postal e criação de novos serviços para atendimento a entidades públicas;

4º) Criação do FUSP – Fundo de Universalização dos Serviços Postais pelo Governo Federal possibilitando a implantação e manutenção de serviços postais em comunidades carentes e sem viabilidade econômica;

5º) Cancelamento imediato de todas as malfadas reestruturações, que na verdade se revelaram uma grande colcha de retalhos que não cobre nem a cabeça, nem os pés, realizados nos últimos anos, retornando ao antigo modelo de Diretorias Regionais



fortes e atuantes (voltar a empresa a sua genuína característica de empresa brasileira, num modelo descentralizado de decisões e com grande flexibilidade e rapidez na adoção de ações);

6º) Estabelecimento de regulamentação interna que garanta os direitos trabalhistas referentes a incorporação de remuneração, eliminando os passivos trabalhistas futuros, elevados custos de processos de acompanhamento jurídico, perda de motivação/cobrança sobre resultado para o empregado e o fim da farra de entidades associativas que vivem de receitas obtidas por meio de comissões negociadas junto a escritórios jurídicos em Brasília;

7º) Realização de concurso público para atender estritamente as áreas carentes de pessoal;

8º) Plano de Saúde – buscar soluções viáveis para empresa e trabalhadores para reativação do plano de saúde junto a ANS. A ANATECT dispõe de proposta real que pode ser oferecida, mantendo-se os princípios de mutualismo que garantem a viabilidade/legalidade de plano de saúde e redução do valor do pós-emprego de saúde, ao contrário da proposta apresentada pelos Correios;

9º) Segregação das despesas assistenciais do plano de saúde das despesas de saúde ocupacional como acidente de trabalho, ambulatorios, como fator de redução da despesa contábil do pós-emprego;

10º) Contabilização como ativo a receber da coparticipação de plano de saúde dos empregados afastados no INSS, mantendo-se a cobrança somente no retorno do empregado. Tal procedimento, além de reduzir a despesa anual dos Correios, regularizará o real índice de coparticipação dos empregados, com consequente redução no provisionamento do pós-emprego;

11º) Ações para os Correios avançar no processo de redução/segregação da alíquota de SAT (Seguro do Acidente do Trabalho) e FAT (Fator Acidentário de Prevenção), atualmente de 3% sobre a folha total de pagamento. Caso os Correios tivessem realizado as ações de saúde ocupacional e de segurança do trabalho previstas, esta alíquota poderia ser reduzida para 1%, significando uma economia anual de quase R\$ 200 milhões a partir de 2017. Só a título exemplificativo, destaca-se que o Banco do Brasil conseguiu em 2016 uma economia de R\$ 173,7 milhões nesta rubrica decorrente das ações desenvolvidas pelas equipes do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT);

12º) Ações para recuperação/isenção de tributos e encargos considerando os Correios terem reconhecimento legal de “Órgão de Fazenda Pública”;



13º) Pró-atividade judicial para ações de recuperação de recolhimentos sobre encargos patronais sobre cooperativas e autônomos (pessoas físicas). O exemplo dado no Primeira Hora sobre a compensação de crédito tributário demonstra o potencial que podemos obter de redução de despesas operacionais com este tipo de ação, mas infelizmente também demonstrou a incapacidade dos Correios de ser um agente ativo, pois enquanto outras empresas já utilizavam deste processo no mínimo desde 2014 (inclusive a Postal Saúde), a ECT somente adotou tal procedimento em dezembro de 2016, ou seja, depois de pronunciamento final do STF sobre o assunto (no mínimo os Correios poderiam ter realizados estes créditos em juízo, reduzindo as perdas oriundas de prescrição do caso);

14º) Formalização de uma parceria estratégica com a Caixa Econômica Federal para comercialização de serviços lotéricos;

15º) Diminuição real da burocracia interna com o enxugamento dos quadros de assessoria das Vice-Presidências, que como todos sabem não produzem absolutamente nada, somente atrasando os projetos da empresa;

16º) Resgate da confiança e da valorização dos Correios por seus trabalhadores, por meio de medidas efetivas das áreas de gestão de pessoas com projetos de: (1) políticas para apoio de acesso a moradia – 40% dos empregados não tem moradia própria; (2) retorno das políticas de integração com atividades sociais, culturais e esportivas para os trabalhadores seus familiares; (3) políticas para melhoria de relacionamento entre empregados e chefias imediatas; (4) políticas para preparação do empregados para aposentadoria.

Estas são algumas das sugestões que a ANATECT vem a oferecer como parte das ações para recuperação da sustentabilidade financeira, de imagem e de soberania para os Correios, trabalhadores e sociedade brasileira.

Convidamos a todos os trabalhadores à conhecerem a ANATECT, os estudos desenvolvidos pela associação para melhoria da gestão dos Correios e da qualidade vida de seus trabalhadores. Visite nosso site: <http://anatect.weebly.com/> ou nossas unidades regionais para conhecer nosso trabalho em prol dos Correios.

DIRETORIA ANATECT